

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.368.269 - RJ
(2018/0246160-8)**

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
REQUERENTE : **TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADO : **JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO E OUTRO(S) -**
RJ069747
ADVOGADOS : **ANA TEREZA BASILIO - RJ074802**
BRUNO DI MARINO - RJ093384
EURICO DE JESUS TELES NETO - RJ121935
THIAGO VILAS BOAS ZIMMERMANN - RJ148790
AMANDA CHAVES RODRIGUES - RJ186254
REQUERIDO : **AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES**

DECISÃO

Trata-se de Petição apresentada por TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em face de decisão de minha lavra que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia (Tema 987), realizasse um novo juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1.040 do CPC/2015 (fls. 1.921/1.924e).

Em suas razões, sustenta a peticionante, em síntese, que "o recurso especial interposto – e inadmitido na origem, razão pela qual foi interposto agravo -, não versa sobre a possibilidade de realização de atos constitutivos em face da empresa em recuperação judicial" (fl. 1.929e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pela parte recorrente, recebo a presente petição como Agravo Interno e reconsidero a decisão de fls. 1.921/1.924e.

Passo, novamente, ao exame do Agravo em Recurso Especial.

Trata-se de Agravo, interposto por TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra o acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. TELEFONIA. AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES. PLANO GERAL DE METAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO. PODER DE POLÍCIA. ATENUANTE. MULTA. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. EXCESSO DE EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSOS DESPROVIDOS.

1. Não se verifica o cerceamento de defesa, tampouco a necessidade

de produção de prova pericial contábil quando prova suficiente já existe nos autos, mormente, como colocou o douto magistrado de primeiro grau, em casos como este, na qual a controvérsia é, em essência, de direito, não alterando a conclusão da sentença a realização de perícia contábil. Agravo retido desprovido.

2. A controvérsia posta nos autos cinge-se em perquirir i) se haveria ausência de materialidade da infração; ii) se o Princípio da legalidade teria sido violado; iii) se o princípio da razoabilidade e o da proporcionalidade teriam sido violados no arbitramento da multa; iv) se a Teoria dos motivos determinantes teria sido violada; e v) se haveria excesso de execução.

3. Não assiste razão à apelante quanto à ausência de materialidade da infração, uma vez que consta do Relatório de Fiscalização a descrição detalhada de como ficou constatado o descumprimento das metas acordadas na localidade, tendo sido a apelante comunicada sobre a fiscalização ocorrida no período de 24 a 30 de agosto de 2006, no Setor Habitacional de Taquiri, Região Administrativa do Lago Norte/DF, mas não enviado representante para acompanhar a atividade.

4. O plano geral de metas para a universalização dos serviços de telefonia fixa impõe às concessionárias metas progressivas para ampliar a cobertura e atendimento individual e coletivo, possuindo a concessionária condições técnicas de realizar o monitoramento do contingente populacional, considerando o seu porte e a sua ampla atuação no mercado, bem como a informatização e disponibilidade de dados pelo IBGE, baseado, inclusive, num cronograma de longo prazo para cumprir as metas previstas.

5. A expedição de Resoluções, por parte da Anatel, é corolário do seu poder regulamentar normativo, inerente às Agências Reguladoras e necessário para a consecução dos objetivos que lhe são atribuídos. Na espécie, o fundamento da sanção decorre, não apenas do poder de polícia, mas do contrato celebrado em que a apelante voluntariamente se submeteu às obrigações de cumprir o PGMU.

6. A Resolução nº 344/2003 da ANATEL constitui um regulamento expedido de forma geral e foi publicada em 21 de julho de 2003, antes da fiscalização impugnada nestes autos. Ademais, a Resolução foi aprovada pelo Conselho Diretor da ANATEL, por deliberação tomada na Reunião nº 262, realizada em 16 de julho de 2003 e foi precedida da Consulta Pública nº 277, de 10/01/2002. Ademais, não há na resolução ou em qualquer outro ato normativo inerente ao caso regra que ultrapasse os limites constitucionais conferidos ao poder normativo da ANATEL nos termos da decisão do STF no âmbito da ADI 1.668/1997.

7. Inexiste ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na fixação do valor da multa, pois se verifica que

foram utilizados para o cálculo da penalidade os critérios de gradação do art. 8º, §§ 3º e 4º, da Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, tal como calculado em planilha, bem como, em sede de recurso administrativo, houve o agravamento em 5% (cinco por cento) da multa em razão da constatação de antecedentes em número superior a cinco, perfazendo a multa o importe de R\$ 367.500,00 (trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais). Nota-se que a quantificação do valor da multa foi devidamente fundamentada e devidamente acompanhada de planilhas de cálculo da multa por infração.

8. A alegação de que a decisão administrativa seria nula por violação à teoria dos motivos determinantes deve ser rejeitada, uma vez que os dados obtidos na fiscalização não foram objetivamente refutados, o que leva à conclusão de que são verdadeiros os elementos constantes do relatório fornecido pela ANATEL, ante a presunção relativa de legitimidade e veracidade dos atos administrativos.

9. A demandante não demonstrou a adoção de condutas proativas a justificar a aplicação da atenuante prevista na Resolução no. 589/2012, uma vez que nenhum documento foi juntado aos autos a este respeito.

10. Tratando-se de execução fiscal proposta por uma autarquia federal, a cobrança dos chamados encargos legais obedece ao previsto no art. 37-A da lei 10.522/2002, cuja redação é oriunda da lei nº 11.941/09.

11. Agravo retido e apelação desprovidos" (fls. 1.617/1.618e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. MATÉRIA DEVIDAMENTE APRECIADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1 – O artigo 1.022, do novo Código de Processo Civil, quanto às hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, passou a prever, ao lado da omissão, da obscuridade e da contradição, o erro material, o que já vinha sendo admitido em sede doutrinária e jurisprudencial.

2 – No caso em questão, inexistente omissão, contradição ou obscuridade, uma vez que, pela leitura do inteiro teor do acórdão embargado, depreende-se que este apreciou devidamente a matéria em debate, analisando de forma exaustiva, clara e objetiva as questões relevantes para o deslinde da controvérsia.

3 – Depreende-se, pois, que a parte embargante pretende, na

verdade, modificar o julgado, com a rediscussão da matéria, e não sanar qualquer dos mencionados vícios. Note-se que somente em hipóteses excepcionais pode-se emprestar efeitos infringentes aos embargos de declaração, não sendo este o caso dos presentes embargos de declaração.

4 – Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional.

5 – Embargos de declaração desprovidos" (fl. 1.667e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, aduz a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 370, 1.022, I e II, do CPC/2015, 64 da Lei 9.784/99, 22, IV, e 42 da Lei 9.472/97, argumentando o seguinte:

"IMPOSITIVO PROVIMENTO DESTES RECURSOS ESPECIAIS:
NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: VIOLAÇÃO
AO ARTIGO 1.022, INCISOS I e II, DO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL

(...)

11. A recorrente opôs embargos de declaração para que o Tribunal de origem examinasse aspectos cruciais para o julgamento da lide, quais sejam: (i) a ausência de materialidade da infração; (ii) o fato de que a metodologia utilizada pela ANATEL, para o cálculo das sanções aplicadas nos autos do procedimento administrativo objeto desta ação, não ter sido editada pelo seu Conselho Diretor, com a devida submissão à Consulta Pública, como exigem os artigos 22, IV, e 42 da Lei nº 9.472/97, e (iii) não se pode admitir, com efeito, a aplicação de sanções sem a existência de prévia legislação que delimite, com clareza, as infrações imputadas ao administrado, sob pena de manifesta violação aos princípios da legalidade (CF, arts. 5º, II, e 37), da legalidade estrita em matéria de direito sancionador (CF, art. 5º, XXXIX), e da segurança jurídica (CF, art. 5º, *caput*).

12. E, longe de se tratar de meros detalhes, essas questões, como será devidamente demonstrado adiante, configuram aspectos centrais dessa lide. Mas o v. acórdão recorrido passou ao largo dessas questões, em manifesta violação ao art. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil.

(...)

VIOLAÇÃO AO ARTIGO 370 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL IMPOSITIVA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA

34. A recorrente formulou, em primeiro grau, pedido de produção de prova técnica de contabilidade a fim de comprovar fato constitutivo de seu direito, qual seja, a incorreção de dados supostamente apurados e que foram levados em consideração para a definição do

quantum da sanção pecuniária – o que leva inexoravelmente à anulação da sanção de multa imposta –, bem como a demonstração de inexatidão das metodologias de cálculo criadas pela autarquia federal, que se mostram em completo desalinho com as determinações legais (Lei nº 9.472/97) e regulamentares (Resolução ANATEL 343/2003).

35. Entretanto, o MM. Juízo de origem indeferiu (fls. 1.307/1.039) o pedido de produção de prova técnica formulado pela ora recorrente, o que ensejou a interposição de agravo retido (fls. 1.043/1.063).

(...)

VIOLAÇÃO AOS ARTS. 22, IV E 42 DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES REQUISITOS LEGAIS DESRESPEITADOS NA QUANTIFICAÇÃO DA MULTA

(...)

49. Isso porque, o v. acórdão recorrido ignorou o fato de a metodologia utilizada para aplicação da sanção objeto desta ação ter sido editada (e a Agência Reguladora não nega esse fato) pela Superintendência de Universalização da Anatel, e, não, pelo Conselho Diretor da Anatel, com prévia submissão à Consulta Pública, como exigem os artigos 22, IV, e 42 da Lei nº 9.472/97.

50. Não obstante, d.m.v., o v. acórdão abordou o tema de equivocada, violando os preceitos legais ora invocados, ao afirmar que 'a Resolução foi aprovada pelo Conselho Diretor da ANATEL, por deliberação tomada na Reunião nº 262, realizada em 16 de julho de 2003 e foi precedida da Consulta Pública nº 277, de 10/01/2002' (fl. 1.608).

51. Ocorre que a recorrente não sustenta que a Resolução ANATEL 344/2003 não fora aprovada pelo Conselho Diretor da autarquia ou, ainda, que não fora submetida à Consulta Pública. A violação aos arts. 22, IV e 42 da LGT está no fato de que a metodologia que fundamenta todo o cálculo do quantum das sanções de multa impostas à recorrente foi criada pela Superintendência de Universalização, e está consubstanciada em Anexos que são juntados aos autos pela autarquia. Ou seja, além da Resolução ANATEL 344/2003, que segue os ditames legais, os Anexos editados pela Superintendência de Universalização é que esmiúçam, interferem e definem os critérios de cálculos das sanções, sendo fato incontroverso nos autos que eles – OS ANEXOS – não foram submetidos ao rito legal de aprovação da LGT.

52. E esses Anexos têm inegável cunho regulamentar, uma vez que aplicados em série para todas as alegadas violações a metas de universalização. Ou seja, a Resolução ANATEL 344/2003 não traz qualquer metodologia de cálculo em seu teor para que seja aplicada nos procedimentos administrativos que culminem com sanção pecuniária, sendo certo que os referidos Anexos é que veiculam com

exclusividade tal matéria, motivo pelo qual há manifesta violação aos arts. 22, IV e 42 da LGT.

(...)

54. Esses requisitos não foram, no entanto, respeitados pela recorrida ao decidir que aplicaria a multa superior a 1 milhão de Reais à recorrente. Pelo contrário, o valor da milionária multa aplicada foi estabelecido com base em metodologia casuisticamente estabelecida por Superintendência da própria Anatel, sem a edição de ato normativo prévio e sem que a recorrente tivesse ciência prévia de tais critérios.

55. O vício apontado, além de violar dispositivos legais expressos, afeta a própria legalidade e legitimidade de atuação da recorrida. Afinal, somente as prerrogativas conferidas por lei ao Conselho Diretor podem garantir à sociedade que as sanções administrativas não serão estabelecidas de modo aleatório e arbitrário.

56. Ademais, a também impositiva submissão prévia à Consulta Pública é o momento adequado à ampla participação democrática, como condição de validade e legitimidade de todo o procedimento (CF, 1º, *caput*), para que toda a sociedade apresente, de *iure condendo*, sugestões, críticas e postulações. Trata-se, portanto, de procedimento essencial.

(...)

AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 176 E 179, *CAPUT*, E §1º, DA LEI Nº 9.472/1997:

(...)

68. Ocorre que, ao assim decidir, o v. acórdão recorrido violou frontalmente os arts. 176 e 179, *caput*, e §1º, da lei n.º 9.472/1997, na medida em que, muito embora o valor da multa arbitrada não ultrapasse o limite máximo de aplicação de sanção previsto no contrato de concessão, a ANATEL, ao estabelecer a dosimetria dos valores da sanção imposta, desrespeitou os critérios estabelecidos pela Lei Geral de Telecomunicações, fixando multas com base em critérios genéricos e casuísticos e, o que é pior, sem qualquer indicação acerca da forma como estes critérios teriam sido definidos" (fls. 1.676/1.690e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 1.744/1.784e), negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 1.802/1.1808e), foi interposto o presente Agravo (fls. 1.817/1.843e).

Apresentada a contraminuta a fls. 1.886/1.912e.

A irresignação não merece acolhimento.

Inicialmente, em relação ao art. 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto

condutor do julgado apreciou fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Nesse sentido:

"RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. O Plenário do STJ, na sessão de 09.03.2016, definiu que o regime recursal será determinado pela data da publicação da decisão impugnada (Enunciado Administrativo n. 2/STJ). Logo, no caso, aplica-se o Novo CPC/2015.

2. **De acordo com a norma prevista no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida ou erro material.**

3. **No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.**

4. Considerando que os embargos declaratórios vertentes são os primeiros opostos pela ora embargante, não há se falar em intuito manifestamente protelatório a ensejar a multa prevista no § 2º do art. 1.026 do Novo CPC/2015.

5. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.087.921/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. Argumenta-se que as questões levantadas no agravo denegado,

capazes, em tese, de infirmar a conclusão adotada monocraticamente, não foram analisadas pelo acórdão embargado (art. 489 do CPC/2015).

Entende-se, ainda, que o art. 1.021, § 3º, do CPC/2015 veda ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 03/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. **INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO.** TRIBUTÁRIO. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS.

1. 'Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte' (AgRg no Ag 56.745/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 12.12.1994).

2. A análise da legislação local, a fim de que se verifique a regularidade da notificação por meio de edital e a legitimidade da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Anúncios, é obstada, por analogia, pelo disposto na Súmula 280/STF, segundo a qual: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.'

3. No que se refere à cognição acerca da existência de efetiva notificação acerca do tributo cobrado, bem como do regular exercício do poder de polícia, tal providência está atrelada aos aspectos fático-probatórios da causa, cujo reexame é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente do disposto na Súmula 7/STJ.

4. Por fim, considerando que a cobrança da Taxa de Fiscalização de Anúncios efetuada pelo Município de Belo Horizonte/MG tem por fundamento o exercício do poder de polícia – cuja constitucionalidade tem sido reiteradamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal: AI-AgR 618.150/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 27.4.2007; AI-AgR 554.508/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 4.8.2006; AI-AgR

445.467/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ de 19.12.2003; RE 216.207/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 25.6.1999 –, mostra-se irrelevante qualquer discussão acerca dos requisitos que fundamentam a cobrança de taxa decorrente da 'utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição' (art. 77 do CTN).

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido" (STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008).

Por outro lado, convém ressaltar que o art. 370 do CPC/2015 consagra o princípio da persuasão racional, habilitando o magistrado a valer-se do seu convencimento, à luz das provas constantes dos autos que entender aplicáveis ao caso concreto. Desse modo, a aferição da necessidade de produção de determinada prova impõe o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é defeso ao STJ, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. CERCEAMENTO DE DEFESA RECONHECIDO NA ORIGEM. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. REGRAS DO EDITAL. SÚMULA 5/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou (fl. 245, e-STJ): 'não é correto afirmar que tal conhecimento extrapole o conteúdo do edital'; 'não se sustenta o argumento de que a cobrança acerca dos relatórios e recomendações da ICRU e da ICRP pudesse causar surpresa aos candidatos. Ao contrário, o seu conhecimento afigura-se absolutamente inerente à temática em estudo'; e 'não restou demonstrado que a matéria nelas versada foge ao conteúdo programático do edital'.

2. Não se pode conhecer da irrisignação contra a ofensa aos arts. 369 e 370 do CPC/2015, uma vez que os mencionados dispositivos legais não foram analisados pela instância de origem. Ausente, portanto, o requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF.

3. Além disso, o **art. 370 do CPC/2015 consagra o princípio da persuasão racional, habilitando o magistrado a valer-se do seu convencimento, à luz das provas constantes dos autos que entender aplicáveis ao caso concreto. Não obstante, a aferição da necessidade de produção de determinada prova impõe o reexame do conjunto fático-probatório encartado nos autos, o que é defeso ao STJ, ante o óbice erigido pela Súmula 7/STJ.**

4. Finalmente, o Tribunal de origem foi expresso e categórico ao afirmar que não houve comprovação de que a matéria versada nas questões controvertidas do concurso em questão foge ao conteúdo programático do edital do certame. Assim, para contrariar o estatuído pelo Tribunal a quo, acatando o argumento da parte recorrente, seria necessário examinar as regras do Edital, bem como o conjunto fático-probatório, o que é impossível no Recurso Especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.755.346/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/12/2018).

Ademais, a Corte de origem, ao analisar o tema, asseverou que "somente houve pedido expresso para apreciação do agravo retido de fls. 1.043/1.063, restando ausente o pedido expresso de conhecimento do Agravo Retido de fls. 992/1000 e, portanto, preclusa a discussão sobre a produção de prova pericial de censo demográfico" (fl. 1.597e).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela agravante, nas razões do Recurso Especial, de modo que incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"TRIBUTÁRIO - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - COBRANÇA DE ANUIDADE E DE TAXA DE ANOTAÇÃO DE FUNÇÃO TÉCNICA - FILIAL LOCALIZADA NA MESMA JURISDIÇÃO DA RESPECTIVA MATRIZ - REQUISITOS - MULTA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO - SÚMULA 283/STF.

(...)

4. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.

5. Recurso especial conhecido em parte, e, nessa parte, parcialmente provido" (STJ, REsp 1299897/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2013).

No que se refere aos arts. 22, IV, e 42 da Lei 9.472/97, a Corte **a quo** consignou que "a Resolução nº 344/2003 da ANATEL constitui um regulamento expedido de forma geral e foi publicada em 21 de julho de 2003, antes da fiscalização impugnada nestes autos. Ademais, a Resolução foi aprovada pelo Conselho Diretor da ANATEL, por deliberação tomada na Reunião nº 262, realizada em 16 de julho de 2003

e foi precedida da Consulta Pública nº 277, de 10/01/2002. Ademais, não há na resolução ou em qualquer outro ato normativo inerente ao caso regra que ultrapasse os limites constitucionais conferidos ao poder normativo da ANATEL nos termos da decisão do STF no âmbito da ADI 1.668/1997" (fl. 1.608e).

Assim sendo, inviável o conhecimento do Recurso Especial quanto à matéria, porquanto seria meramente reflexa, sendo imprescindível para a modificação da controvérsia a análise da Resolução 344/2003 da ANATEL.

Com efeito, o conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, inciso III, **a**, da Constituição Federal, deve ser considerado em seu sentido estrito, não compreendendo súmulas de Tribunais, bem como atos administrativos normativos.

Ademais, a Corte de origem concluiu pela razoabilidade e proporcionalidade da multa aplicada, nos seguintes termos:

"Na espécie, inexistente ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na fixação do valor da multa, pois se verifica que foram utilizados para o cálculo da penalidade os critérios de gradação do art. 8º, §§ 3º e 4º, da Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, tal como calculado na planilha de fl. 645, bem como, em sede de recurso administrativo, houve o agravamento em 5% (cinco por cento) da multa em razão da constatação de antecedentes em número superior a cinco, perfazendo a multa o importe de R\$ 367.500,00 (trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais), conforme memória de cálculo de fls. 781.

Nota-se que a quantificação do valor da multa foi devidamente fundamentada (638/644 e 706/718) e devidamente acompanhada de planilhas de cálculo da multa por infração (fls. 645 e 781).

Assim, diante da infração cometida e do porte da concessionária, não se vislumbra, no valor das sanções, violação à razoabilidade ou proporcionalidade, já que estipuladas com vistas à condição econômica do infrator e à gravidade da falta, não havendo qualquer prova de invalidade da motivação do ato administrativo de autuação.

Importante registrar que a imposição da multa tem um caráter educativo e repreensivo, e a autuação decorreu do poder de polícia da ANATEL, cujo objetivo foi resguardar o interesse público de modo a evitar danos aos consumidores mediante a aplicação do artigo 22, § único da Lei n.º 8.078/90" (fl. 1.612e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

Por fim, aplica-se o teor da Súmula 284 do STF, quanto à alegação de violação ao art. 64 da Lei 9.784/99, tendo em vista que não desenvolveu a parte

agravante, em suas razões de Recurso Especial, argumentos para demonstrar de que modo tal dispositivo foi violado.

Destaco, ainda, que, nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC/2015, e do art. 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial, com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, exige comprovação e demonstração, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, providência não realizada na hipótese.

A propósito, confira-se:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. RECONHECIMENTO DE CONEXÃO ENTRE AÇÃO INDENIZATÓRIA INDIVIDUAL E AÇÃO COLETIVA. REEXAME DE FATOS. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO.

(...)

3. A divergência jurisprudencial, nos termos do art. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, o que não restou evidenciado na espécie.

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1620860/RO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 01/03/2017).

Ante o exposto, recebo a presente petição como Agravo Interno, e **reconsidero** a decisão de fls. 1.921/1.924e. No entanto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço do Agravo para negar provimento** ao Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

